

<https://doi.org/10.5281/zenodo.4620080>



Educação Linguística: uma proposta para a pedagogia do oral na escola

Linguistic Education: a proposal for oral pedagogy at school

Maria Ignez Salgado de Mello Franco*, **Nancy dos Santos Casagrande***, **Renata Felício Souza***
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Resumo: Este artigo tem por objetivo expor alguns conceitos da Análise da Conversação e estratégias orais para o ensino de Língua Portuguesa para a Educação Básica no Brasil. Os anos 70 foram muito importantes, iniciando-se, em diferentes países do mundo, a discussão da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade e emergindo novos campos de pesquisa, como a Análise da Conversação, que interage com outras disciplinas. Na França, Kerbrat-Orecchioni publica a *Análise da Conversação*, traduzido para o Português em 2006. No Brasil, Marcuschi (1986) escreve a *Análise da Conversação*; Fávero, Andrade e Aquino (1999) publicam *Oralidade e escrita*; Castilho (2000) contribui com *A Língua falada no ensino*; Dino Preti (2000) organiza *Fala e Escrita em Questão*. Os Parâmetros Curriculares Nacionais são publicados entre 1997 e 1999. A Base Nacional Comum Curricular (2017) propõe o ensino da modalidade oral nas escolas. O Grupo de Pesquisa Educação Linguística da PUC-SP estuda a Educação Linguística. Este trabalho divide-se em três partes: 1- Análise da Conversação; 2- Documentos oficiais; 2.1- Parâmetros Curriculares Nacionais; 2.2- Base Nacional Comum Curricular; 3- Propostas de Trabalho na Educação Básica.

Palavras-chave: Análise da Conversação. Educação Linguística. Pedagogia do oral. Ensino de Língua.

Abstract: This article aims at exposing some concepts of Conversation Analysis and oral strategies for teaching Portuguese Language for Basic Education in Brazil. The 70's were very important, in different countries of the world, beginning the discussion of interdisciplinarity and transdisciplinarity, through which emerged new fields of research, such as Conversation Analysis, which interacts with other disciplines. In France, Kerbrat-Orecchioni publishes *Conversation Analysis*, translated into Portuguese in 2006. In Brazil, Marcuschi (1986) writes *Conversation Analysis*; Fávero, Andrade and Aquino (1999) publish *Orality and Writing* (1999); Castilho (2000) contributes to the language spoken in teaching; Dino Preti (2000) organizes *Speech and Writing in Question*. The National Curriculum Parameters are published between 1997 and 1999. The Common National Curriculum Basis (2017) proposes the teaching of oral modality in schools. The PUC-SP Linguistic Education Research Group studies Linguistic Education. This work is divided into three parts: 1- Conversation Analysis; 2- Official documents; 2.1- National Curriculum Parameters; 2.2- Common National Curricular Basis; 3- Work Proposals in Basic Education.

Keywords: Conversation Analysis. Linguistic Education. Pedagogy of the oral. Language teaching.

1 A análise da conversação

O objetivo desse item é delinear o que seja a Análise da Conversação e discutir autores que se dedicaram a esse tema. De início, Marcuschi (1986) transcreve conversações e analisa a organização da conversação, esclarecendo a organização de turnos, de sequências e de marcadores conversacionais e a coerência organizacional e conversacional, mostrando os organizadores globais e a organização do tópico. Ele completa sua teoria com observações finais, vocabulário e bibliografia comentada.

Fávero *et alii* (1999) discutem a organização da fala e da escrita, bem como suas relações, e em um anexo indicam as normas para a transcrição dos textos orais

Castilho (2000) propõe a integração da língua falada nas práticas escolares e discute a crise de ensino. Ele explica a conversação, a transcrição e os turnos conversacionais; o princípio de projeção interacional; o sistema de correção, os pares adjacentes e os marcadores conversacionais; o texto e a sentença. Termina seu livro com conclusões e uma bibliografia.

Kerbrat-Orecchioni (2006) afirma que a linguagem verbal tem uma vocação comunicativa, pois a fala implica normalmente uma alocução, ou seja, um emissor (locutor/falante) e um receptor (ouvinte/alocutário) atento ao circuito comunicativo, implicando também uma interlocução, isto é, a troca de palavras, constituindo-se um diálogo. A comunicação oral face a face exige, no mínimo, dois falantes, respeitando cada qual o seu turno de fala, ou seja, para haver diálogo é preciso que eles se falem, estabelecendo uma validação interlocutória, em que um é o emissor e outro é o receptor, trocando os seus lugares de fala e de escuta.

Para a linguista francesa, “o objetivo da análise conversacional é, precisamente, explicitar as regras que sustentam o funcionamento das trocas comunicativas de todos os gêneros” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 15). Ela ainda afirma que: “É no começo dos anos 1970 que se assiste à emergência desse novo campo de pesquisa e que as conversações (e outras formas de interações verbais) tornam-se objeto de uma investigação sistemática” (*id. ibid.*, p. 16). Por isso, selecionamos dois elementos complementares da conversação, que devem ser bem compreendidos:

- a fala, vocação comunicativa da linguagem verbal, que implica: **i)** uma alocução, isto é, a existência de um ser distinto do falante e **ii)** uma interlocução, isto é troca de palavras, constituindo-se em diálogo, em uma comunicação face a face;

- a escuta, uma forma de interação verbal, tem sinais chamados reguladores, que acompanham a fala, com realizações *não verbais* (cabeça, sobrancelhas, sorriso, postura etc.), *verbais* (como as palavras “sim” e “certo”) ou retomadas na forma de eco.

Tudo isso é indispensável para a comunicação, e sua ausência pode acarretar perturbações no comportamento do falante: olhar, meneio de cabeça, sorrisinho, franzimento de sobrancelhas, mudanças posturais ou elementos vocais (“hummm”) ou verbais. Em havendo sincronização interacional, caracterizamos os *turnos* de fala.

A interação decorrente da fala denota um engajamento mútuo na conversa, com validação interlocutória com cumprimentos pessoais, apresentações. Logo, qualquer interação é uma unidade comunicativa que tem uma continuidade interna, um grupo de participantes, um quadro espaço-temporal e tema(s) abordado(s). As interações comunicativas têm grande diversidade e se classificam em: *verbais* (conversações, entrevistas, debates, transações comerciais, trocas didáticas, encontros científicos, conferências diplomáticas etc.); *não-verbais*, que podem ser gestos que implicam um contato corporal qualquer, como posturas e as mímicas, jogo de olhares, circulação, dança, esportes coletivos etc.; ou ainda *mistas*, isto é, verbal e não verbal, produzindo uma sincronização interacional, ou seja, há um conjunto de mecanismos de ajuste que intervêm permitindo a interação, por meio de turnos de fala e comportamentos corporais, permitindo negociações, quer explícitas, quer implícitas, durante a fala, e que têm em seu ato no mínimo dois elementos:

1. *O emissor* (locutor/falante) – aquele que fala com alguém, para onde dirige seu olhar, seleciona produção de formas de tratamento e presta atenção aos captadores (*né, hein, sabe, você vê, digamos, vou te dizer, nem te conto, combinamos*). Pode corrigir eventualmente falhas de escuta ou de compreensão por meio de intensidade vocal, das retomadas ou da reformulações também chamadas *fáticas*, para se assegurar da escuta do seu destinatário. O sujeito falante tem de ter uma *competência comunicativa*, isto é exercer um conjunto de atividades que permitem ao sujeito falante comunicar de modo eficaz, em situações culturalmente específicas.

2. *O receptor* (ouvinte/alocutário) – aquele que demonstra que está atento ao circuito comunicativo, por meio dos reguladores da escuta, como anteriormente já foi explicado.

A *interlocução*, ou troca de palavras, pode se constituir em um diálogo, quando a comunicação é face a face e os interactantes podem ter influências mútuas.

As *conversações*, também chamadas de “construções coletivas”, são realizadas por meio de palavras, momentos de silêncio, entonações, gestos, mímica e postura. Isto é, as conversações exploram diferentes sistemas semióticos para se constituir e variam de uma

língua para outra. Elas, porém, têm regras conversacionais de natureza diversa, porque são objetos complexos que funcionam em diferentes níveis. Algumas valem para todos os tipos de interação e outras são específicas de um ou de outro gênero particular, mas todas são solidárias com o contexto e variam amplamente, segundo as sociedades e as culturas. São adquiridas progressivamente desde o nascimento e podem ser aplicadas inconscientemente, de forma que só passam à consciência depois de algum erro.

O material da fala pode ser classificado em verbal, paraverbal e não verbal:

a. o material verbal é um conjunto das unidades (fonológicas, lexicais e morfossintáticas) que derivam da língua, pois é sob a forma oral que a linguagem verbal se realiza primeiramente. Pode haver “*falhas do discurso oral*”: gaguejos, balbucios e lapsos ou frases inacabadas, construções incoerentes ou tortuosas, repetições, reformulações, retificações, iterações como “é”, “hein” e “hmm”, marcadores de hesitação e os conjuntos fáticos e reguladores. Porém, muitas falhas citadas acima não são na verdade falhas, pois são consideradas *falhas funcionais* sob o ponto de vista da interação.

b. o material paraverbal (prosódico e vocal) é constituído de unidades que acompanham as unidades linguísticas e que são transmitidas pelo canal auditivo: entonações, pausas, intensidade articulatória, elocução, particularidades da pronúncia, característica da voz. Muitas vezes, para haver coerência do diálogo, é necessário o emprego de elementos paraverbais.

c. o material não verbal é transmitido pelo canal visual, como a aparência física dos participantes (as roupas, os acessórios, a maquiagem), a distância, a atitude e a postura. Podem também ser observados jogos dos olhares, das mímicas e dos gestos etc. O uso de alguns comportamentos não verbais deve ser considerado como condição de possibilidade para a troca entre os emissores, tais como deslocamento da pessoa para perto do outro para conversar, permitindo contato visual. Acrescentam-se também a postura e a troca de olhares, pois os interactantes ao final devem desviar o olhar ou se afastarem, invertendo a posição inicial.

Desse modo, o material paraverbal e o não verbal desempenham um papel importante nos mecanismos que permitem tomar, manter ou dar a palavra, indicando o estado afetivo dos participantes. Podemos dizer finalmente que a mímico-gestualidade tem uma função cognitiva, para o emissor e para o receptor.

A comunicação oral é multicanal e plurissemiótica. Os diferentes canais (auditivo, visual e olfativo) e os diferentes tipos de unidades semióticas (verbais, paraverbais e não-verbais) são complementares. Desse modo, é preciso ensinar e aprender que há critérios que devem ser observados para que a fala/escuta seja eficaz e eficiente.

O contexto ou situação comunicativa deve ser levado em conta, porque o processo

de ensino-aprendizagem de língua não tem como objeto de estudo frases isoladas, mas discursos atualizados em situações de comunicação concretas, em um determinado contexto ou situação comunicativa. O discurso é uma atividade condicionada pelo contexto ou transformadora desse mesmo contexto, que tem diferentes componentes, quais sejam:

- natureza do lugar, o lugar (*setting* ou quadro espaço-temporal);
- número (conversação face a face, a 3 ou mais) e natureza dos participantes, os quais têm direitos e deveres;
- características individuais: idade, sexo, profissão, posição social, traços de caráter;
- objetivo da interação (consulta médica) ou papéis que determinam os interactantes e tipo de contrato que os mantêm juntos ao longo do encontro; relações mútuas; grau de conhecimento; grau de formalidade; natureza do laço social e afetivo; e estilo (sério ou lúdico, conflituoso ou consensual etc.).

O sistema de Turnos da Fala, de acordo com Marcuschi (1986), é ordenado, pois todas as práticas comunicativas e mesmo as conversações, a despeito de seu aparente descompromisso, são condutas *ordenadas*, que se desenvolvem segundo alguns esquemas preestabelecidos e obedecem a algumas regras de procedimento. Tais regras regem as interações verbais e são de natureza muito diversa. Distinguem-se nelas três grandes categorias, que operam em níveis diferentes:

1ª. Regras que permitem a gestão da alternância dos turnos de fala, isto é, das unidades formais chamadas “turnos”. Esses princípios se inscrevem em uma regra mais geral da *cooperação* conversacional. No diálogo, temos, no mínimo, dois interlocutores que falam “alternadamente”, havendo uma sucessão de direitos e deveres. A regulação da alternância dá-se por mecanismos, para assegurar que as fases aconteçam sem dificuldade. Os turnos são concedidos por uma pessoa designada para essa função (presidente da sessão, mediador ou moderador). Excetuando-se os casos em que há uma pessoa, as mudanças de turno são negociadas pelos próprios participantes, podendo causar dois problemas: i) em que momento se dá a operação do revezamento e ii) quem tomará o turno?

A natureza do sucessor comporta duas possibilidades: i) X seleciona Y ou ii) auto seleção. Mas nem sempre a alternância dos turnos se efetua de maneira fácil e harmoniosa, pois a *instauração da mudança de turno* se dará em um *lugar transicional*, por meio de sinais de natureza verbal, sinais prosódicos e/ou sinais de natureza mímico-gestual. Poderá nesse momento haver “falhas” do sistema de turnos, pois as perdas são inevitáveis e frequentes e podem ser atribuídas a dois fatores: a) fracasso involuntário ou b) violação deliberada. Sejam voluntárias ou involuntárias, tais disfunções se relacionam a quatro fatores: o silêncio prolongado entre dois turnos, a interrupção, a superposição da fala e a intrusão.

Em síntese, o “falante do turno” tem direito de manter a fala por certo tempo, mas tem o dever de cedê-la em um dado momento. Seu sucessor potencial tem o mesmo direito e o mesmo dever para manter o diálogo. Assim a atividade dialogal tem por fundamento o princípio da alternância, porque: 1) em uma conversação a função locutória deve ser ocupada sucessivamente por diferentes atores com equilíbrio da duração dos turnos e da focalização do discurso; 2) uma única pessoa fala por vez, permitindo então uma negociação que pode ser explícita ou implícita; 3) há alguém que sempre fala.

2°. *Regras que regem a organização estrutural da interação.* Sabemos que a conversação se mantém pela sucessão de turnos, mas é também necessário que haja alguns princípios de coerência interna, a qual é submetida a regras de encadeamento sintático, semântico e pragmático. Sendo assim, a conversação tem uma gramática que precisa ser estabelecida, tendo uma dependência condicional. Exemplificando, se um falante cumprimenta, o outro deve lhe responder, senão haverá uma transgressão, que pode ser voluntária ou involuntária. A conversação exige um engajamento dos interagentes, portanto tem enunciados mutuamente determinados, sendo descrita em cinco níveis:

- *A interação*, que pode ser composta por uma unidade. Por exemplo, em uma consulta médica, temos os participantes interagindo em um caso particular, o consultório, unidade espaço-temporal, com um tema abordado, em um encadeamento da conversa. A interação se sucede em sequência.
- *A sequência*, que é o conjunto de trocas entre o emissor e receptor, devendo ter coerência semântica e pragmática, isto é, a permanência no mesmo conteúdo ou tarefa.
- *A troca*, também chamada de “menor unidade dialogal”, que tem de ser construída com dois participantes do ato de fala. O conceito de troca envolve outros aspectos, mas não serão desenvolvidos neste momento, por ser o escopo de nossa pesquisa,
- *A intervenção*, que é produzida por um só falante, não devendo ser confundida com o turno de fala, pois é uma contribuição particular para outro particular também. Exemplificamos aqui: X – Para onde você vai? / Y – Para a escola. / X – Até logo. / Y – Até logo.
- *O ato de fala*, que é estudado também pela pragmática (pergunta, pedido, promessa, desculpas, entre outros) e tem de ser adequado às diferentes realidades conversacionais, porque ele serve também para intervir na conversação.

3°. *Regras que intervêm no nível de relação interpessoal.* Já apresentamos o que é a interação verbal: um engajamento mútuo entre os falantes. Essas ações em sequência vão

constituir um texto, que afeta as relações pessoais, as quais podem ser classificadas como horizontais ou verticais. Na *relação horizontal*, os parceiros podem ser mais próximos, com familiaridade, ou mais distantes, apresentando ter características de laço socioafetivo do grupo, dados externos ou contextuais estabelecidos em seu início. Podem existir marcadores verbais como formas de tratamento, escolha dos temas a serem abordados e também paraverbais, quais sejam distanciamento, gestos, postura. Na *relação vertical*, a distância ou a hierarquia ficam mais nítidas e, às vezes, a desigualdade entre as pessoas em determinadas situações inclui também marcadores verbais, como as formas de tratamento, maior número de turnos para um dos emissores, interrupção ou intrusão; não verbais, como a aparência física dos participantes ou a organização do espaço comunicativo; e paraverbais, tais como as posturas. Também há uma relação de contexto envolvida, por exemplo, no caso da relação entre aluno e professor, devido à hierarquia e ao lugar. Isso não significa, porém, que as relações verticais aparecem necessariamente em contexto de desigualdade.

Em suma, as conversações exigem uma constante detecção de uma sistemática de alternativa, exigindo permanentes negociações entre os falantes do discurso.

A Polidez

Os estudos sobre a noção de *polidez*, especialmente pela pragmática, se ampliaram e, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 77), a polidez é considerada como um “fenômeno linguisticamente pertinente”, recobrando todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal. A polidez pode se tornar negativa quando se faz um ato que pode ser uma ameaça para o destinatário, como uma crítica, uma recusa ou uma seleção lexical mal escolhida. A língua, porém, tem recursos suavizadores e substitutivos e formulações indiretas.

Por sua vez, a polidez positiva se refere a atos de fala que não ameaçam o destinatário, como convites, elogios, agradecimentos, votos de felicidades, parabéns ou similares. Ela é muito importante nas interações face a face, pois melhora a relação interpessoal. Em síntese, a polidez chega a ser comparada ao conteúdo, em relação à importância, e deve ser trabalhada em casa e, especialmente, na sala de aula, pois “a polidez é um conjunto de procedimentos que o falante utiliza para poupar ou valorizar seu parceiro de interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 92), sendo considerada a norma.

A variação cultural

Embora as regras da conversação sejam universais, temos de considerar outro aspecto, pois a cultura tem uma grande variação nas diferentes sociedades, e até mesmo dentro de uma mesma sociedade, segundo idade, sexo, origem social ou geográfica, embora deva haver uma média para todos. As considerações devem ser relativizadas. A variação está em toda parte. Não se conversa em todos os lugares na mesma língua: as diferenças de sistemas linguísticos, como os repertórios lexicais e procedimentos morfossintáticos, são postas à disposição dos falantes.

Há variação de uma língua para outra, nas escolhas do léxico, na entonação, na mímica, na postura e nos gestos. A própria velocidade da elocução varia de uma sociedade para outra e até a intensidade média de emissão dos significantes varia igualmente. As concepções divergem de uma cultura para outra no que se refere à boa distância a ser mantida do parceiro da interação. Mesmo em uma mesma língua, as formas de tratamento e as relações podem variar.

Apresentadas as considerações teóricas, passaremos aos documentos oficiais que se referem ao ensino da Oralidade.

2 Os documentos oficiais

Os documentos oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fornecem subsídios para o ensino da Oralidade e permitem a proposta da Pedagogia da Oralidade nos diferentes níveis de ensino. Por serem documentos extensos, selecionamos somente os trechos em que eles propõem o ensino da oralidade, quer explícita, quer implicitamente.

2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os PCN, propostos em 1997 e 1998, são referências importantes para a educação brasileira para as diferentes áreas de ensino nas escolas, pois enfatizam a importância de cada escola ter um projeto educativo aceito e discutido por toda a equipe escolar. O Ministério da Educação da época, o Governo Federal e a Editora DP&A publicaram 10 volumes de todas as disciplinas e acrescentam novos temas nos últimos três livros: Apresentação dos Temas Transversais e Ética; Meio Ambiente e Pluralidade Cultural; e Orientação Sexual. Ativemo-

nos, neste artigo, aos volumes 1 e 2, por se relacionarem diretamente com a disciplina de Língua Portuguesa.

Os dois primeiros volumes, *Introdução aos PCN e Língua Portuguesa*, apresentam orientações didáticas (2000, v. 1, p. 93-105) e objetivos propostos pelos PCN para o Ensino Fundamental, os quais dependem de uma prática educativa, e assinalam que têm por eixo a formação do cidadão autônomo e participativo, observando que os alunos são sujeitos de sua própria aprendizagem e constroem significados por meio de interações múltiplas e complexas. O professor é considerado o mediador do processo de interação dos alunos com os objetos do conhecimento, e também do processo de interação social entre eles. Cada tema e área de conhecimento possui um conjunto de orientações didáticas de caráter mais abrangente, mas o estabelecimento de um padrão não significa que elas devam ser homogêneas e idênticas para todos os alunos, pois a prática educativa é complexa, trazendo para o contexto de sala de aula questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal.

Ressaltamos aqui orientações didáticas e tópicos que são considerados essenciais pela maioria dos profissionais em educação:

7- *Autonomia*: opção metodológica que valoriza as experiências e conhecimentos prévios e as interações professor-aluno e aluno-aluno, buscando a progressão das situações dirigidas pelo professor e pelo próprio aluno.

2- *Diversidade*: adaptação curricular, adequação de objetivos, conteúdos, critérios de avaliação que atendam à diversidade nacional, observando fatores culturais e a história educativa de cada aluno (déficits sensorial, motor ou psíquico ou superdotação intelectual).

3- *Interação e cooperação*: ações como saber ouvir o outro, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa de grupo, enfim, é saber trabalhar de maneira cooperativa. Ambas interação e cooperação levam em conta todos os aspectos emocionais afetivos ou cognitivos, não permitindo que um seja mais importante do que o outro, isto é, aprender a conviver em grupo.

4- *Disponibilidade para a aprendizagem significativa*: disponibilidade de envolvimento do aluno e da sua capacidade de estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo.

5- *Organização do tempo*: variável que interfere na construção da própria autonomia e que permite ao professor criar situações em que o aluno vá progressivamente realizando suas atividades. Nesse caso, o professor é somente um orientador do trabalho e os alunos, planejadores e executores.

6- *Organização do espaço* da escola e da sala de aula para todas as atividades

escolares.

7- *Seleção de material* ou fonte de informação, lembrando-se de que nenhum deve ser usado com exclusividade, eliminando outros materiais também possíveis, e da necessidade atual do uso do computador.

As *Considerações finais* enfatizam a participação de todos que fazem a escola, na tomada de decisões e no envolvimento: direção, orientador, supervisão, professores polivalentes ou especialistas.

No volume 2, *Língua Portuguesa*, o livro retoma os objetivos gerais do Ensino Fundamental, explicitando o que significa aprender e ensinar Língua Portuguesa na escola, com a definição dos objetivos gerais da disciplina no ensino Fundamental, dos conteúdos e de critérios de avaliação. Chamamos a atenção a esse tomo porque há preocupação com o ensino da modalidade oral na escola, um dos objetivos de nosso artigo. O documento reafirma que as habilidades básicas do ensino de Língua Portuguesa (LP) são *falar x escutar e ler x escrever*, apresentando dois grandes eixos básicos dos blocos de conteúdo, língua oral e língua escrita, cada qual com seus usos e formas, e ambos exigindo uma análise e reflexão sobre a língua, resultando no esquema a seguir:

| Língua oral: Usos e formas | Língua escrita: Usos e formas |
|--|-------------------------------|
| Análise e reflexão sobre a língua | |

Fonte: Língua Portuguesa (2000, v. 2, p. 43)

Sintetizando, o critério de organização dos conteúdos em termos se dá pelo eixo:

| |
|-----------------------------|
| USO → REFLEXÃO → USO |
|-----------------------------|

Fonte: Língua Portuguesa (2000, v. 2, p. 44)

produzindo um movimento metodológico:

| |
|-------------------------------|
| AÇÃO → REFLEXÃO → AÇÃO |
|-------------------------------|

Fonte: Língua Portuguesa (2000, v. 2, p. 48)

Os blocos de conteúdo e o de tratamento didático devem ser pensados visando o alcance dos objetivos propostos para a área, que serão alcançados se houver um tratamento didático específico: *o que ensinar? como ensinar?*

Assim, os PCN propõem um documento que conduz os professores a refletirem sobre atividades de ensino da Língua Oral, a qual também deve ser tomada como conteúdo, geralmente a partir da antiga 5ª série, atual 6º ano, exigindo um planejamento da ação pedagógica com atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua. Tais práticas incluem atividades em grupo de resolução de problemas, de produção oral, de planejamento de texto, de elaboração ou de análise de sua qualidade, entre outras atividades orais. Os PCN exemplificam o trabalho propondo ações como exposição oral, projetos que incluem conteúdos de língua oral, seminários, dramatização de textos teatrais, simulações de rádio e televisão ou de discursos políticos, entre outros.

Levantamos os objetivos de LP para o primeiro ciclo: compreender o sentido nas mensagens orais e escritas de que se é destinatário direto ou indireto; saber atribuir significado, começando a identificar elementos possivelmente relevantes segundo propósitos e intenções do autor; *utilizar a linguagem oral* com eficácia sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram conversar num grupo, expressar sentimentos e opiniões, defender pontos de vista, relatar acontecimentos, expor sobre temas estudados; participar de diferentes situações de comunicação oral, acolhendo e considerando as opiniões alheias e respeitando os diferentes modos de falar (LÍNGUA PORTUGUESA, v. 2, 2000, p. 41).

Acrescentamos que nos PCN, há indicação de trabalho de gêneros discursivos adequados para o trabalho com a linguagem oral como contos (de fadas, de assombração etc.), mitos e lendas populares, poemas, canções, quadrinhas, parlendas, adivinhas, trava-línguas, piadas, saudações, instruções, relatos, entrevistas, notícias, anúncios (via rádio e televisão), seminários e palestras. Concluindo, o ensino-aprendizagem da oralidade não é somente proposta de atividades, mas também de conteúdo, já a partir da 5ª. série, exigindo planejamento da ação pedagógica com *atividades sistemáticas de fala e de escuta*.

2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A BNCC é um documento normativo, decorrente da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB - Lei nº 9394/1996), que define os direitos de aprendizagem de todos os alunos do Brasil. Ela é também resultado do Plano Nacional de Educação (PNE). Ela é uma proposta de desenvolvimento de competências e de habilidades no uso da língua materna. A competência mobiliza conhecimentos e habilidades reconhecidas como cognitivas e socioemocionais. O documento indica que a mobilização de atitudes e valores impulsionam a capacidade para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Na BNCC, o componente de LP faz parte da área de Linguagens, que aborda os sujeitos que atuam em diferentes esferas de comunicação humana, desde as mais cotidianas até as mais formais e elaboradas. Essa área é composta de quatro componentes curriculares, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física, e apresenta como objetivos gerais:

- dominar, progressivamente, **a fala** (grifo nosso), a leitura e a escrita;
- reconhecer e valorizar a pluralidade de manifestações culturais **lingüística** (grifo nosso), artística e corporal;
- reconhecer e compreender o uso de outra(s) língua(s), assim como valorizar a(s) diversa(s) cultura(s) (BNCC, 2015, p. 33).

Já os objetivos gerais da área de Linguagens no Ensino Médio indicam maior aprofundamento na área:

- interagir em debates que envolvam a coletividade e a discussão dos interesses relativos à cidadania e à pluralidade;
- explorar experiências de linguagens significativas e autênticas;
- refletir sobre a diversidade das linguagens;
- fruir manifestações literárias e artísticas;
- produzir eventos de linguagem sintonizados com diversas esferas sociais;
- refletir sobre o corpo em transformação;
- apropriar-se do patrimônio cultural;
- produzir conhecimento e explorar práticas de linguagem no universo digital. (BNCC, 2015, p. 35).

Várias competências propostas pela BNCC na área de Linguagem estão centradas no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização de diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais). Ela propõe a exploração de experiências de linguagem significativas e autênticas, a reflexão sobre a diversidade de linguagens, a apropriação do patrimônio cultural e a produção de conhecimentos.

A BNCC realça ainda que “as habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos, nos diferentes contextos escolares” (BNCC, 2018, p. 29). Como sugestões, o documento propõe habilidades como: a) compreender e posicionar-se criticamente, nos discursos de modalidade oral; b) debater questões polêmicas de relevância sociais; c) empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de Língua

adequados à situação comunicativa; d) utilizar-se da língua portuguesa, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções; e) comunicar, discutir e defender ideias próprias mobilizando adequadamente a língua portuguesa; f) usar a língua portuguesa, no respeito de regras de seu funcionamento; e g) participar de produções individuais ou em grupo, na modalidade oral¹.

Um aspecto muito importante é que a BNCC propõe também atividades e habilidades para as crianças da Educação Infantil, pois são consideradas como sujeitos dialógicos que devem ter seu espaço, fala, pensamento e imaginação, e saber ouvir, compreender, contar, recontar e citar narrativas.

Assinalamos que, na BNCC, há ênfase no ensino da modalidade oral, incluindo a atividade de escuta que ainda precisa ser mais estudada, sendo ainda um desafio para nós professores. A proposição de que a linguagem é interação e é prática possibilita o exercício de nossa criatividade para planejamento de inúmeras atividades diferentes. A definição de que o ensino de língua é também conteúdo é muito estimulante, pois podemos mostrar a língua em seus diferentes usos, variantes linguísticas, condições de produção, efeitos de sentido, dimensão estética e poética, entre outras possibilidades que devem ser trabalhadas. Além disso, essa concepção nos proporciona campos de atuação diversificados com gêneros textuais.

Completamos essa descrição da BNCC selecionando algumas competências e habilidades tais como: argumentar, dialogar, ouvir receitas, recontar, cantar canções, formular perguntas, nomear letras do alfabeto, ler oralmente, relatar, posicionar-se com clareza, expor trabalhos oralmente, simular programas de rádio, produzir diferentes gêneros orais, recriar, telefone sem fio, interpretar textos orais, produzir e-mails ou mensagens, planejar um trabalho oral, produzir sínteses ou sinopses orais, contar um livro que leu. É um documento que abre um leque para nós e, em consequência disso, mostraremos algumas sugestões de trabalho com a oralidade em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino.

A partir da leitura da legislação educacional, concluímos que a leitura dos analistas do discurso é muito importante para um melhor conhecimento da oralidade, de seus conteúdos, objetivos e métodos. Os seres humanos comunicam-se interagindo e refletindo sobre o mundo, por meio dos diálogos, que devem ser propostas da escola, pois são pensados. Como cidadãos, temos de estar abertos à escuta, à compreensão e à reflexão dos diferentes assuntos que foram discutidos ontem, são falados hoje e serão notícia amanhã.

Aceitamos que a língua é uma atividade social, interativa e dialógica, pela qual expomos nossos pensamentos, ideias e emoções, em grande frequência com “outro”,

¹ Apenas algumas habilidades foram selecionadas e incluídas nesta citação e se situam entre as páginas 42 e 67 (BNCC, 2015, p. 42-67).

envolvendo, portanto, no mínimo um locutor e um interlocutor, que devem intencional e cooperativamente aceitar estar juntos na situação de fala. As conversações podem ter vários graus de formalidade ou informalidade, dependendo do contexto e de regras da oralidade.

A leitura reflexiva dos PCN e da BNCC também pode nos levar a novas propostas que motivem mais nossos alunos em sala de aula. Os ensinantes precisam refletir e discutir, em suas escolas, a proposta de uma educação linguística que utilize a pedagogia da oralidade, para que os alunos se tornem mais criativos, pensantes, reflexivos e produtores de uma nova ética.

Como não poderia deixar de ser, propomos, a seguir, algumas atividades de fala x escuta para os alunos da Educação Básica, e para o 9º ano, especificamente, uma atividade envolvendo o gênero debate, planejado em diferentes etapas, adequado para o público escolhido, exercitando e facilitando o convívio social. Para haver êxito na tarefa, ela precisa ser trabalhada a fim de se reconhecer os momentos de fala e de escuta, o respeito dos interlocutores, o papel da entonação, das pausas e de outros recursos para construção de um texto coletivo. Passaremos, então, às propostas de trabalho na Educação Básica.

3 Propostas de trabalho na Educação Básica

Segundo Marcuschi (2001), a fala é, atualmente, uma atividade mais central do que a escrita no dia a dia. Consideramos que a oralidade, prática social interativa para fins comunicativos, apresenta-se sob variados gêneros textuais fundados na realidade sonora e permite a ampliação do vocabulário. As práticas propostas devem respeitar as regras da conversação. Baseamo-nos, em algumas delas, no livro *Oralidade na Educação Básica* de Carvalho e Ferrarezi Jr (2018).

Para concluir essas considerações, reafirmamos que a Pedagogia do Oral se preocupa com o aprendente-ensinante (ApEn²), para que ele desenvolva habilidades e hábitos como respeitar a vez de falar e ouvir e obedecer a regras da oralidade.

Inicialmente, faremos três quadros, apresentando propostas para três segmentos; a) Educação Infantil e alunos do 1º e do 2º anos do Ensino Fundamental I; b) alunos do 3º ao 5º

² “ApEn” significa aprendente-ensinante, expressão utilizada, no Grupo de Pesquisa em Educação Linguística da PUC-SP (GPDULING) e na obra de Palma e Turazza, para se referirem ao aluno-professor, para enfatizar “o papel ativo do aluno, que é responsável por seu aprender e, ao mesmo tempo em que aprende, também ensina. Do mesmo modo, ao se referir ao professor com a expressão ensinante-aprendente, salienta-se que o docente também aprende com os discentes” (PALMA; TURAZZA, 2014, p. 9), sob o ponto de vista da Educação Linguística, no estudo das pedagogias de língua.

anos do Ensino Fundamental I; e c) alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II.

Finalizaremos com uma proposta mais pormenorizada para o 9º ano, apresentando o trabalho com o gênero *debate*, esperando ter alcançado nosso objetivo de desvelar um pouco mais o ensino da oralidade, sob o ponto de vista da Educação Linguística no Brasil.

3.1 Propostas de atividades

EDUCAÇÃO INFANTIL e 1º e 2º anos do ENSINO FUNDAMENTAL I

O conteúdo sugerido no quadro abaixo deve ser planejado, selecionado, assim como os objetivos a serem atingidos e o material a ser usado em sala de aula. Não se faz avaliação nesse nível, pois a proposta é tão somente de atividades com os objetivos mais amplos de falar, ouvir e falar e ouvir simultaneamente.

| FALAR ou OUVIR | OUVIR e FALAR |
|--|--|
| Avisos e recados, bilhetes, convites, mensagens de cumprimento | Advinhas Diálogos presenciais Mensagens de cumprimentos por duplas |
| Comentários | |
| Descrição da família, de um amigo, de um brinquedo | |
| Emissão de opiniões ou de ideias na sala de aula | |
| Fatos vividos ou imaginados (na escola ou na família), emoções, sonhos, ideia, opiniões, sentimentos | |
| Fatos informados pela escola ou pela diretora | |
| Histórias lidas e contadas pelo aluno e/ou professor | |
| Imitação de sons da natureza | |
| Narração de histórias curtas | |
| Perguntas próprias, do professor ou dos colegas | |
| Recitação de quadrinhas e rima de palavras, poemas | |
| Relato de uma viagem | |
| Sons musicais ou da natureza | |
| Trava-língua (“O rato roeu a roupa do rei de Roma”) | |

ENSINO FUNDAMENTAL I – do 3º ao 5º ano

O conteúdo sugerido no quadro abaixo deve ser planejado, selecionando-se o conteúdo, os objetivos a serem atingidos e o material a ser usado em sala de aula. A avaliação

só deve ser feita a partir do 6º ano. Nessa fase, a proposta é de atividades com os objetivos de falar ou ouvir, ou falar e ouvir simultaneamente.

| FALAR ou OUVIR | OUVIR e FALAR |
|---|---|
| Comentários Comparação de vários fatos ou histórias, ou acontecimentos Descrição Entrevista Escuta e entendimento do que foi dito Exposição oral ou opinativa Fala ou audição quando solicitado pelo professor Fatos vividos na escola ou na família, emoções, sonhos, curiosidades, anedotas Fatos imaginados e fatos informados: acontecimentos da escola, sociais e culturais Histórias lidas e contadas pelo aluno e/ou professor Narração, debate, comentários de fatos, emissão de opiniões Perguntas e respostas Reconhecimento de rimas Relato Resumo de um texto Transmissão de avisos e recados, bilhetes, convites, mensagens de cumprimento: manhã/tarde/noite, aniversário, Natal, Páscoa, entre outros | Advinhas Diálogos presenciais Dramatização Duetos Entrevistas – perguntar e responder pela própria classe Mensagens de cumprimentos por duplas Interpretação de cartazes e desenhos |

ENSINO FUNDAMENTAL II – do 6º ao 9º anos

O conteúdo sugerido no quadro abaixo pode ser ampliado e deve ser planejado, selecionando-se o conteúdo os objetivos a serem atingidos, a maneira que a avaliação será feita e o material a ser usado em sala de aula.

Avaliação - A avaliação do ensino-aprendizagem da modalidade oral do Ensino Fundamental II deve ser realizada, porque essa modalidade passa de atividade a conteúdo da disciplina de Língua Portuguesa. Alguns itens possíveis de serem avaliados são: conhecimento de regras que presidem a formação de sentenças orais; conhecimento dos recursos comunicativos e de normas sociais que definem a adequação da fala; habilidades não especificamente linguísticas (comparação, analogia, informações culturais); desenvolvimento do raciocínio e a capacidade de explicar algo aos outros; análise,

interpretação e aplicação de recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e de recepção.

Acrescentamos outras maneiras de enriquecer a avaliação da modalidade oral:

- nota pela organização do grupo, pela participação na atividade e/ou auto-avaliação;
 - qualidade de pesquisa do conteúdo apresentado;
 - habilidades de modulação da voz;
 - adequação do conteúdo ao gênero estudado;
 - registro formal, quando necessário, e respeito ao turno, ao tempo;
- poder de síntese ou de análise, de pesquisa, de argumentação ou contra-argumentação consistente.

| FALAR ou OUVIR | FALAR e OUVIR |
|--|--|
| Ampliação do repertório lexical Comentários Diálogos pelo telefone ou celular Descrição Exposição oral (opinativa, dissertativa ou argumentativa) Fatos vividos (na escola, na família ou da cidade, do país, internacional), anedotas Fatos informados ou imaginados: acontecimentos da escola, sociais, políticos, econômicos, culturais e científicos, locais e do país Histórias lidas e contadas pelo aluno e/ou professor Narração, debate e comentário de fatos, comentários, emissão de opiniões. Comparação de vários fatos ou histórias, ou acontecimentos Entrevista (na escola, na comunidade etc.) Propaganda Poemas Relatório oral Resumo ou paráfrase de texto Transmissão de avisos e recados, bilhetes, convites, mensagens de cumprimento: manhã/tarde/noite, aniversário, Natal, Páscoa, entre outras. | Advinhas Debates Diálogo presencial Dramatização Entrevistas Interpretação de cartazes e desenhos Locução de eventos da classe ou da escola Monólogo Programa de rádio ou de televisão, no mínimo em dupla Relatórios orais de atividades Reportagem Telefone sem fio |

Sobre a operacionalização da atividade: A Educação Linguística e o conhecimento de regras da conversação nos permitem apontar os passos para o ensino-aprendizagem do gênero *debate*. O primeiro é o planejamento, escolhendo *o que fazer e o como fazer*. O segundo é a seleção de temas e/ou subtemas que apresentem os objetivos, a metodologia, as atividades e a avaliação. O terceiro é a preparação da(s) aula(s) para que o conteúdo seja efetivado.

Para ser efetivada a proposta, várias aulas ou momentos de aula devem ser levados em conta para motivação dos aprendentes, tais como:

1. pesquisa do gênero e de subtemas do gênero;
2. explicação, por parte do ensinante, sobre o gênero textual *debate*, focando todos os seus elementos: objetivos, tema, quadro participativo, duração;
3. escolha de um tema, geralmente polêmico, junto aos aprendentes;
4. escolha do formato e do quadro participativo, contexto, material, atividades, regras do debate e avaliação;
5. apresentação e avaliação do debate.

Transpomos, didaticamente, alguns itens possíveis de serem utilizados no ensino-aprendizagem de um debate, além dos objetivos, metodologia, atividades e avaliação e escolha do tema:

- *competências*: pesquisar, debater, argumentar comunicativamente;
- *contexto*: espaço e lugar (sala organizada, lugar dos locutores, disposição das cadeiras, ordem);
- *habilidades*: grau do domínio do assunto, argumentação e refutação, ponto de vista, síntese;
- *material não verbal*: movimentos e orientação do corpo e do olhar, mímicas, gestos;
- *material paraverbal*: dar a palavra, tomá-la ou mantê-la; modulação da voz; pausas; sequências textuais; marcas linguísticas;
- *material verbal*: cumprimentos, expressões e marcas linguísticas indicativas da argumentação, regra dos turnos, interação, sequência, troca, grau de formalidade, polidez, marcas linguísticas da argumentação;

- *meios cinéticos*: atitudes corporais, movimentos, gestos, troca de olhares, mímicas faciais;
- *quadro participativo*: dois participantes do debate (a favor e contra), professor moderador, a plateia (os colegas de classe);
- *tempo*: aula dupla de 100 minutos ou simples de 50 minutos;
- *regras*: tempo de fala, réplica, tréplica, explicação das regras, abertura e encerramento.

DEBATE: tema controverso, que gera opiniões diferentes (o sistema de cotas, o preconceito, a vacinação obrigatória, entre outras possibilidades).

| | |
|---|---|
| Objetivos das aulas preparatórias para a produção de um debate | Ampliar o repertório lexical e o conhecimento de mundo. Selecionar informações e dados necessários para exposições orais, defendendo oralmente um ponto de vista. Ter gestão sobre as palavras, intervindo, escutando e retomando a palavra. Defender um ponto de vista, treinando habilidades argumentativas e a postura em situações de tensão. |
| Conteúdo preparatório | Estudo do gênero <i>debate</i> e, ao final, levantamento e seleção de temas controversos pela classe. Emissão de opinião, em sala de aula, sobre fatos polêmicos, previamente selecionados pelo professor; Apresentação oral de argumentos pró e contra um tema polêmico qualquer. Debate em grupo, durante 10 minutos, sobre o tema selecionado. Audição de vídeos selecionados pelo professor que apresentem debates públicos, deliberativos, regrados e/ou para resolução de problemas. Audição de pesquisas de opinião na rua. Audição das aberturas e fechamentos de diferentes debates. Seleção de operadores argumentativos de um debate lido, que indicam exemplos, recursos aos fatos e argumentos de autoridade. |
| Debate, isto é, discussão do tema selecionado | Pré-requisitos necessários: pesquisa sobre o assunto a ser debatido com seleção de informações e dados necessários para um debate e levantamento de argumentos a favor ou contrários, preparação de material de suporte. |
| Materiais de suporte | Gravador, vídeos etc. |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Desenvolvimento da atividade | I - Organização da sala e das regras a serem seguidas de relação interpessoal, de tom de voz e gestos. Seleção do intermediador que apresenta o tema, o grupo, as regras e o tempo. II - Tempo para cada grupo apresentar suas ideias; tempo para fazer perguntas para o outro grupo. III - Perguntas da plateia. |
| Avaliação | Avaliação do conteúdo proposto, do respeito aos turnos e às regras. Avaliação do espaço ocupado pelos debatedores e pelo contato físico dos debatedores. Avaliação da plateia, pelo seu comportamento e interação. Avaliação da classe sobre os debatedores, Autoavaliação. |

A atividade aqui apresentada para o 9º ano tem a intenção de sugerir a pedagogia da oralidade na prática, isto é, a aplicação dos conceitos trabalhados por Marcuschi (1986) sobre o planejamento da conversação e sobre sua importância quando da defesa de uma opinião num debate, que mostra o quanto é importante desenvolver a habilidade oral no aluno desde a mais tenra idade.

Referências

BRASIL/CNE, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª séries (ou 3º e 4º ciclos)*, 1998 – Língua Portuguesa.

BRASIL/CNE Diretrizes curriculares: ensino médio. In BRASIL/SEMTEC, *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília; MEC/SEMTEC, 1998.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*/ Ministério da Educação-Brasil: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL/UNDIME/ CONSED. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Linguagens. 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 maio 2020.

CARVALHO, Robson Santos de; FERRAREZI Jr, Celso. *Oralidade na Educação Básica: o que saber, como ensinar*. São Paulo: Parábola, 2018.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A Língua falada no ensino de Português*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

GOMES SANTOS. Sandoval Nonato. *A exposição oral nos anos iniciais de ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. Tradução de Carlos Povezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa*. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PALMA, Dieli Vesaro; TURAZZA, Jeni Silva. *Educação Linguística e o ensino de língua portuguesa: algumas questões fundamentais*. São Paulo: Terracota, 2014.

PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (projetos Paralelos - NURC/SP, 4).

MARIA IGNEZ SALGADO DE MELLO FRANCO

Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Assistente na mesma instituição.

Lattes ID: www.lattes.cnpq.br/8325559795106821

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4455-0544>

E-mail: mfranco@uol.com.br

NANCY DOS SANTOS CASAGRANDE

Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Associada na mesma instituição.

Lattes ID: www.lattes.cnpq.br/0283876748874002

Orcid ID: www.orcid.org/0000-0003-1501-5216

E-mail: nancy.casagrande@gmail.com

RENATA FELÍCIO SOUZA

Mestranda em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Lattes ID: www.lattes.cnpq.br/8732128851420582

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6337-9471>

E-mail: rfeliciosouza@gmail.com